



SINDICATO DO SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA EXECUTIVA 2016/2017

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO - SINDSEMP/MA.

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, no auditório "Salão Fonte do Ribeirão", no Hotel Abbeville, localizado na Avenida Castelo Branco, nº 500, São Francisco, na cidade de São Luís, estado do Maranhão, CEP nº 65.076-090, o Sindicato dos Servidores Públicos do Ministério Público do Estado do Maranhão - **SINDSEMP/MA** reuniu-se em Assembleia Geral Ordinária, para tratar da seguinte pauta: **1. Leitura e aprovação da ata anterior; 2. Prestação de contas.** 2.1. Ações judiciais. 2.2. Financeira; **3. Previsão orçamentária para 2017; 4. Ações anuais.** 4.1. Estratégia para reposição inflacionária. 4.2. Adin dos cargos comissionados. 4.3. Prioridades do PCCS. 4.4. Representação na FENAMP: escolha de delegados e observadores para plenária e congresso nacional. 4.5. Participação em encontros nacionais (Natal, etc.) 4.6. Destinação imposto sindical obrigatório. 4.7. Filiação a entidade de grau superior: central sindical e confederação. 4.8. Regulamentação do plantão ministerial para os servidores; **5. Outros assuntos.** 5.1. Ressarcimento - Sindicalizado Valdeny Barros. 5.2. Liberação dos cinco dirigentes sindicais. 5.3. Outros, tudo em conformidade com o edital publicado no Jornal "**O Debate do Maranhão**", edição de **vinte e três de março do corrente ano**. Conforme determinação estatutária, **Vânia Marcia de Sousa Leal Nunes**, Presidente do SINDSEMP/MA, deu início aos trabalhos às 09 horas, conferindo a lista de presença, em primeira chamada, onde constatou não haver maioria absoluta dos sindicalizados. Após trinta minutos, procedeu a nova verificação de presença onde constavam **cinquenta assinaturas**, obtendo quórum para instalação dos trabalhos da Assembleia Geral Ordinária. Prosseguindo, solicitou aos sindicalizados **Marcus Periks Barbosa Krause**, Secretário-Geral do SINDSEMP/MA e **Marciane Sousa Moreno Dutra**, Diretora de Comunicação do SINDSEMP/MA para comporem a mesa coordenadora dos trabalhos, bem como solicitou ao plenário da assembleia que escolhesse um sindicalizado para secretariar os trabalhos da mesa. Foi indicado o sindicalizado **Dionatã Silva Lima**, Diretor de Finanças do SINDSEMP/MA, o qual passou a secretariar os trabalhos. Interposta questão de ordem referente às peculiaridades do pedido de filiação da servidora Jaciana Castro, foi submetido ao plenário da Assembleia Geral Ordinária, o qual obteve aprovação por unanimidade. Na sequência passou-se a discussão dos pontos de pauta, iniciando pela leitura da ata da



**SINDICATO DO SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA EXECUTIVA 2016/2017**

assembleia geral extraordinária, ocorrida no dia vinte e oito de outubro de dois mil e dezesseis. Após a leitura, a ata foi submetida a votação pelo plenário, sendo aprovada por unanimidade. Dando continuidade a presidente propôs inversão dos subpontos 2.1 e 2.2 do item 2, passando a análise da prestação de contas de gestão referente ao exercício de dois mil e dezesseis. A presidente apresentou relatórios das receitas e despesas referente ao exercício financeiro de dois mil e dezesseis, detalhando os gastos e explicando sobre cada item da despesa executada. O sindicalizado Paulo Arrais questionou sobre como se dava as atualizações dos contratos e salários das funcionárias do SINDSEMP/MA. A presidente informou que os contratos são atualizados de acordo com as cláusulas de reajuste constante em cada contrato e o salário das funcionárias, de acordo com o salário mínimo, e explicou ainda que a continuidade dos contratos sempre passa por prévia aprovação da assembleia geral. O sindicalizado Valdeny resgatou que a prestação de contas é de responsabilidade de duas gestões. Os meses de janeiro a março de dois mil e dezesseis são de responsabilidade da diretoria anterior, a qual ele era o presidente, sendo que os meses de abril a dezembro do referido ano de responsabilidade da atual diretoria. Foi também relatado pelo sindicalizado Valdeny sobre a observância do detalhamento das despesas, de modo a permitir que os sindicalizados consigam entender a alocação das despesas. O sindicalizado Paulo Arrais frisou que os recursos para gastos com eventos e confraternizações são por semestre e devem ser separados por localidade, fato corroborado pelo sindicalizado Valdeny. Também foi questionada a efetividade do fundo de reserva trabalhista e quais seriam as funções do respectivo fundo. A presidente encerrou as discussões relacionadas à prestação de contas, concedendo a palavra aos membros do Conselho Fiscal do SINDSEMP/MA, para apresentação e encaminhamento do parecer prévio sobre a prestação de contas. O sindicalizado Joathan Ripardo, integrante do Conselho Fiscal, proferiu a leitura do respectivo parecer prévio, elencando algumas impropriedades e as respectivas recomendações, bem como encaminhando à assembleia que a prestação de contas do exercício financeiro de dois mil e dezesseis, fosse aprovada com ressalvas, nos termos do referido parecer. A presidente pontuou que as impropriedades relatadas pelo Conselho Fiscal, são formais, e que serão adotadas todas as providências necessárias no sentido de que não ocorram novas ressalvas. O sindicalizado Paulo Arrais lembrou que existe deliberação estabelecendo que o Conselho Fiscal realize a emissão do parecer prévio antes da realização da respectiva assembleia geral, visando dar ampla



**SINDICATO DO SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA EXECUTIVA 2016/2017**

publicidade aos sindicalizados, bem como evitar o desgaste quando da apresentação da prestação de contas. O sindicalizado Valdeny solicitou à presidente que procedesse a leitura do relatório de contabilidade, tendo em vista tratar de relatório técnico, enquanto que o relatório do Conselho Fiscal seria político. Informou ainda sobre a ausência de publicação dos relatórios contábeis no site do SINDSEMP/MA, bem como a falta de efetividade do Conselho Fiscal durante o exercício findo. Em continuidade, a presidente relatou a dificuldade que a atual diretoria do SINDSEMP/MA enfrentou no início da gestão, especialmente relacionada a liberação para movimentação das contas bancárias e o processo de devolução, aos sindicalizados, de parte da contribuição sindical obrigatória do exercício de dois mil e dezesseis. O sindicalizado Dionatã Silva Lima alertou para a possibilidade de aprovação da previsão orçamentária do exercício financeiro de dois mil e dezoito ainda no ano corrente, bem como a realização de reuniões trimestrais com os integrantes do Conselho Fiscal, visando a emissão de parecer parcial referente a cada trimestre, facilitando a análise da prestação de contas anual. A presidente procedeu a leitura do relatório contábil, o qual recomenda a aprovação com regularidade absoluta, apesar de elencar algumas ressalvas. A presidente encaminhou para votação a prestação de contas. O sindicalizado Dionatã Silva Lima, esclareceu como deveria ser encaminhado a votação da prestação de contas. Relatou que, segundo o estatuto, o parecer prévio do Conselho Fiscal é submetido a votação pelo plenário da assembleia. No caso o parecer é pela aprovação com ressalvas, e que o relatório da assessoria contábil do SINDSEMP/MA não pode substituir o parecer do Conselho Fiscal. Esclarecidos, a presidente submeteu à votação, a prestação de contas do exercício financeiro de dois mil e dezesseis, **sendo aprovada com ressalvas, por unanimidade**. Dando continuidade, visando tratar sobre o ponto de pauta 2.2, que trata sobre as demandas judiciais coletivas do SINDSEMP/MA, foi franqueada a palavra ao representante do escritório MNZ Advogados Associados, visando a apresentação do panorama das seguintes ações judiciais e demais demandas: **ação dos 21,7%, ação dos 6,1%, ação dos 11,98% (URV), ação do FUNBEN, ação do IR e FEPA sobre o terço de férias, ação do serviço eleitoral, reposição inflacionária e cobrança de honorários advocatícios de sindicalizado**. Quando à ação dos 21,7% lembrou o contexto histórico da ação e como foi obtido êxito referente à ação, bem como informou quanto à finalização dos cálculos e que os sindicalizados já poderiam encaminhar os documentos para realização da execução da demanda. Informou ainda sobre a estratégia de



**SINDICATO DO SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA EXECUTIVA 2016/2017**

pulverização das ações, formando grupos de 05 (cinco) sindicalizados, visando dificultar o trabalho de acompanhamento por parte da PGE/MA. Esclareceu que em relação à ação relativa ao FUNBEN, também foram finalizados os cálculos e à medida em que os documentos dos sindicalizados forem chegando as ações de execuções serão propostas. Foi esclarecido ainda que o FUNBEN passou a ser facultativo, o que significa que só pode ser usufruído, caso ocorra contribuição ao sistema. Relatou sobre a fragilidade do tema relacionado à ação judicial dos 6,1%, inclusive informando sobre a existência de incidente de uniformização de causas repetitivas, informando que atuará no respectivo incidente. Relatou ainda que provavelmente o Tribunal de Justiça se manifestará pela improcedência da ação. Quanto a ação referente ao desconto de IR e FEPA, informou que foi proferida uma liminar proibindo a o desconto de ambos os itens do terço constitucional de férias, porém que o Estado recorreu e o recurso foi deferido em parte, mantendo apenas o desconto de IR sobre o terço de férias, mas proibindo o desconto do FEPA, que a PGE/MA já foi intimada da decisão e que a responsabilidade de comunicação aos demais órgãos compete à PGE/MA e que o Estado já foi devidamente intimada, na pessoa do seu Procurador-Geral. Alguns sindicalizados informaram sobre a continuidade do desconto e o advogado então informou que, caso essa informação seja procedente, que irá peticionar no sentido de buscar o cumprimento da decisão e que precisará dos comprovantes remuneratórios de alguns sindicalizados para fins de comprovação da desobediência a decisão judicial. Quanto à ação judicial dos 11,98% (URV), foi informado que a contadoria do Tribunal de Justiça tem refeito os cálculos e aplicados índices diferenciados, o que tem causado diferenças em média de 30% a menor em prejuízo do sindicalizado, e que, por isso, a assessoria tem contestado todos os processos com esse tipo de erro. Informou também que a intenção da assessoria é o levantamento de até 80% (oitenta por cento) das ações judiciais, até o mês de agosto do corrente ano. Na sequência, foi feita análise da atual situação da reposição dos índices inflacionários e qual a posição no sentido de adotar as providências relacionadas ao tema. Após a exposição, a assessoria informou que ainda não possui uma tese sobre o tema e pediu mais tempo para definição. A presidente fez uma rápida explanação sobre o entendimento da diretoria executiva e solicitou um prazo para posicionamento da assessoria jurídica sobre a situação das reposições inflacionárias pendentes de implantação por parte da Procuradoria Geral de Justiça o qual ficou acertado em 15 (quinze) dias. Ato contínuo, o representante da assessoria jurídica prestou orientação sobre o questionamento suscitado



**SINDICATO DO SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA EXECUTIVA 2016/2017**

por um sindicalizado em relação ao fato da assessoria jurídica cobrar honorários advocatícios, o qual restou entendido por todos os presentes. Dado o adiantado da hora e em virtude do intervalo para almoço dos participantes, a presidente suspendeu os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária, às 13h03min. Após o retorno do almoço, a presidente reiniciou os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária, às 15h03min, tendo como ponto de pauta o item 3 - Previsão Orçamentária 2017. O sindicalizado Valdeny solicitou inversão da pauta referente aos itens 3 e 4, sendo aprovada a inversão. A presidente procedeu a leitura da proposta orçamentária para o exercício financeiro de dois mil e dezessete, em seguida passou a tratar sobre o item 4.1, apresentando a situação financeira/orçamentária do Ministério Público do Estado do Maranhão, apresentando os índices de gastos com pessoal, comprometimento dos limites da LRF, referente aos exercícios de dois mil e treze a dois mil e dezesseis. Em continuidade, foi apresentado diversos cenários relacionados às possíveis alterações na estrutura remuneratória da carreira de apoio Técnico-Administrativo, visando a obtenção das reposições inflacionárias pendentes aos anos de 2014 a 2016. O sindicalizado Ricardo Pacheco questionou por qual motivo foi concedido aumento salarial aos assessores de Promotores de Justiça, tendo em vista a atual situação financeira/orçamentária do MPMA e a presidente informou sobre os esclarecimentos feitos pela PGJ. O sindicalizado Paulo Arrais questionou sobre a existência de comparativo de salários dos servidores dos Ministérios Públicos e a presidente destacou que não dispunha da informação solicitada. O sindicalizado Ricardo Pacheco questionou sobre possível pedido de reposição inflação e a presidente esclareceu que precisamos de um posicionamento da assessoria jurídica para fins de adoção das providências a serem adotadas. Passando-se ao ponto sobre a Adin dos cargos comissionados, a presidente esclareceu que sobre esse item, são dois aspectos a serem considerados: a exclusão dos cargos de assessores de procurador e assessor de promotor do cômputo de percentual de servidores efetivos em cargos comissionados e o percentual total de servidores efetivos no quadro de servidores do MPMA. O servidor Paulo Arrais questionou sobre a situação dos cargos comissionados no Brasil e o servidor Valdeny Barros destacou que o MPMA é um dos pioneiros na criação dos cargos comissionados de assessor de Promotor de Justiça e a praxe de todos os MPs brasileiros, propondo ainda a unificação dos pontos de pauta 4.1, 4.2 e 4.3, o qual foi acatado pela assembleia. A presidente esclareceu os referidos pontos, fez a leitura dos pontos 4.1 e 4.2, e o secretário proferiu a leitura de todo o ponto de pauta 4.3. Após, a presidência franqueou a palavra aos



**SINDICATO DO SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA EXECUTIVA 2016/2017**

sindicalizados. O sindicalizado Valdeny Barros fez um panorama sobre a atual cenário, analisando os aspectos financeiros e econômicos, propôs a adoção da tabela com aplicação linear de 3% (três por cento) e a busca para implantação dos itens de revisão do PCCS e ainda a judicialização da ADIN dos cargos comissionados. A presidente fez alguns esclarecimentos sobre as alterações no plano de carreiras, especificamente nas tabelas remuneratórias e apresentou vários cenários estudados pela diretoria. Após todas as discussões, principalmente com falas dos servidores Valdeny Barros, Gabriel Leite, Paulo Arrais e Johellton Gomes, foram colocadas em votação e aprovadas as seguintes propostas: para o item da estratégia para reposição inflacionária, a categoria decidiu por aguardar o posicionamento da assessoria sobre o que poderá ser ajuizado e decidir em plenárias regionais sobre as possibilidades de alteração da tabela de vencimento; para o item das prioridades do PCCS, a categoria decidiu também pela discussão nas plenárias regionais; e para o item da ações referentes aos cargos comissionados, foi decidido pelo ajuizamento das duas ações, entretanto, o momento será decidido na assembleia extraordinária a ser realizada após as plenárias regionais. Passando ao ponto de pauta 4.4 que versa sobre a escolha de delegados e observadores para participação no congresso e plenária nacional da FENAMP, a presidente expôs a ideia inicial, que era do SINDSEMP/MA encaminhar à plenária de Natal/RN, dois diretores, os servidores **VÂNIA MÁRCIA DE SOUSA LEAL NUNES**, por ser presidente do Sindsemp/MA, e o **DIONATÃ SILVA LIMA**, por ser conselheiro fiscal da Fenamp, e quatro sindicalizados da base escolhidos em eleição on-line, apresentando em seguida o resultado da eleição para escolha dos delegados que representarão o SINDSEMP/MA na plenária nacional da FENAMP, a ser realizada na cidade de Natal/RN, bem como em eventuais Congressos Nacionais da FENAMP: a sindicalizada **VICEMIR TEIXEIRA MOTA FONTENELLE** foi a única inscrita para a categoria **analista ministerial**. Para o cargo **técnico ministerial – outras áreas e cargos comissionados**, o sindicalizado **JOHNNETH DE SENE FONSECA** foi o único inscrito. Já para o cargo **técnico ministerial – área administrativa**, teve os seguintes inscritos e o percentual de votos, respectivamente: a sindicalizada **CLAUDIA LIBIA SILVA LEITE** obteve **40,60%** (quarenta vírgula sessenta por cento) dos votos; **Tâmara Silva** obteve **14,29%** (quatorze vírgula vinte e nove por cento); **Marciane Dutra** obteve **13,53%** (treze vírgula cinquenta e três por cento); **Paulo Arrais** obteve **12,78** (doze vírgula setenta e oito por cento) e **Sérgio Henrique** obteve **10,53** (dez vírgula cinquenta e três por cento). Para o cargo **técnico ministerial – área execução de**



SINDICATO DO SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA EXECUTIVA 2016/2017

mandados, o sindicalizado **ERIVELTON GOMES BORGES** **obteve 27,07%** (vinte e sete vírgula zero sete por cento) dos votos; **Antônio Reginaldo 14,29%** (quatorze vírgula vinte e nove por cento); **Marcos Paulo obteve 13,53** (treze vírgula cinquenta e três por cento); **Ricardo Pacheco e Tiago Franklin obtiveram 12,03** (doze vírgula zero três por cento) cada e **Francisco de Assis obteve 11,28%** (onze vírgula vinte e oito por cento). A presidente destacou a vontade de que todos os inscritos pudessem participar do evento em Natal, todavia, em virtude dos altos custos não seria viável. A presidente pôs em discussão a proposta de homologação dos delegados para a plenária e congresso da FENAMP. O sindicalizado Valdeny esclareceu a diferença entre plenária e congresso da FENAMP e propôs que fosse homologada a eleição dos delegados apenas para participação na plenária da FENAMP. O sindicalizado Marcelo questionou sobre a possibilidade de homologação da escolha dos representantes do SINDSEMP/MA para o Congresso da FENAMP sem prévio conhecimento da pauta de deliberação. A presidente esclareceu sobre a possibilidade da ocorrência de um Congresso em 01 (um) ou 02 (dois) meses, impossibilitando a escolha dos representantes dado o lapso temporal, informando ainda sobre os gastos necessários a realização de uma assembleia extraordinária, em torno de R\$ 20.000,00. O sindicalizado Sérgio Henrique orientou que os sindicatos têm que cobrar da FENAMP um prazo razoável entre a publicação dos editais de convocação de plenárias e congressos e a efetiva realização, possibilitando aos sindicatos realizarem os trâmites necessários à escolha de seus representantes. A presidente encaminhou para votação as seguintes propostas: **(I)** homologação da escolha dos delegados eleitos para participação no Congresso da FENAMP. **Proposta rejeitada por maioria.** **(II)** homologação da escolha dos delegados eleitos para participação na Plenária da FENAMP. **Proposta aprovada por maioria.** A presidente esclareceu sobre a necessidade de um dos delegados eleitos ser indicado como observador, com direito a voz, mas sem direito a voto. A sindicalizada Vicemir se auto indicou para ser observadora. Em continuidade, a presidente propôs a seguinte discussão ao plenário da assembleia: o sindicato deve encaminhar mais delegados além dos que já foram escolhidos? Após as discussões foram encaminhadas as seguintes propostas para votação: **(I)** envio somente dos candidatos eleitos, proposta de Tiago Franklin; **(II)** envio dos candidatos que ficaram na segunda colocação, proposta de Reginaldo; **(III)** envio de quatro candidatos, além dos que já foram eleitos, proposta de Erivelton; **(IV)** Envio de seis candidatos, além dos que já foram eleitos, proposta de Vicemir, e **(V)** todos os candidatos



**SINDICATO DO SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA EXECUTIVA 2016/2017**

inscritos, proposta de Claudia Líbia. Em votação, a **proposta I** foi aprovada por maioria de votos (total de quatorze votos). O sindicalizado Valdeny Barros pediu recontagem dos votos em relação à proposta I. Após recontagem, a **proposta I** foi aprovada por maioria de votos (quinze), restando escolhidos os seguintes delegados de diretoria: VÂNIA MÁRCIA DE SOUSA LEAL NUNES e DIONATÃ SILVA LIMA (como observador); e os delegados de base: VICEMIR TEIXEIRA MOTA FONTENELLE (como observadora), JOHNNETH DE SENE, CLAUDIA LIBIA SILVA LEITE e ERIVELTON GOMES BORGES, podendo os delegados de base serem substituídos pelo segundo mais votado em caso de desistência do primeiro mais votado. A presidente encaminhou para discussão quais seriam as formas de escolhas mais democráticas e que pudesse contemplar todos os sindicalizados. Após, foram encaminhadas as seguintes propostas para votação: **(I)** escolha online com ratificação na assembleia geral; **(II)** escolha na assembleia geral e **(III)** escolha no Conselho de Representantes de Base. A **proposta I** foi aprovada por maioria dos votos (quatorze). Na sequência, passou a análise do ponto de pauta **3** - previsão orçamentária para 2017. O sindicalizado Valdeny propôs inversão dos pontos de pauta 3 e 4.6, o que foi aceito. A presidente, analisando o item 4.6, passou a expor os encaminhamentos referentes a destinação do imposto sindical: **(I)** compensação com a contribuição não obrigatória dos sindicalizados que possuem pelo menos um ano de sindicalização na data da AGO e que solicitarem até o dia 31/05/2017, com exceção dos sindicalizados que possuem menos de um ano no Ministério Público e que são sindicalizados desde a admissão; **(II)** não compensação e utilização para a construção de um auditório no andar superior da sede; **(III)** não compensação e utilização para a aquisição de uma sede recreativa (comprometimento do ISO pelos próximos 3 anos, mais ou menos); e **(IV)** administração do valor total do imposto sindical pelo Conselho de Representantes de Base, por regionais, por valor *per capita*, proposta pelo sindicalizado Valdeny Barros. Após as discussões, com falas principalmente dos servidores Paulo Arrais, Valdeny Barros, Francisco, Rondinele, Gabriel e Sérgio, e feitos os esclarecimentos necessários, foram encaminhadas as seguintes propostas: **(I) compensação** com a contribuição não obrigatória dos sindicalizados que possuem pelo menos um ano de sindicalização na data da AGO e que solicitarem até o dia 31/05/2017, com exceção dos sindicalizados que possuem menos de um ano no Ministério Público e que são sindicalizados desde a admissão e **(II) não compensação** com a contribuição não obrigatória. Em votação, a **proposta II** foi aprovada por maioria de votos



**SINDICATO DO SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA EXECUTIVA 2016/2017**

(dezesseis votos). Ato contínuo, a presidente propôs o encaminhamento das seguintes propostas quanto ao destino do imposto sindical: **(I)** Utilização para a construção de um auditório no andar superior da sede; **(II)** Utilização para a aquisição de uma sede recreativa (comprometimento do ISO pelos próximos 3 anos, mais ou menos) e **(III)** administração do valor total do imposto sindical pelo Conselho de Representantes de Base, por regional. Em votação, a **proposta (I)** foi aprovada por maioria dos votos (dezessete). A presidente dando continuidade, passou a análise e discussão do ponto de pauta 3, que versa sobre a previsão orçamentária do exercício financeiro de dois mil e dezessete. O sindicalizado Gabriel questionou sobre a forma de reposição dos salários dos funcionários do SINDSEMP/MA. Foi esclarecido pela presidente sobre os reajustes concedidos nos salários ao pessoal do SINDSEMP/MA e a concessão do auxílio alimentação no valor de R\$500,00 (quinhentos reais) concedido pela diretoria no mês de fevereiro de dois mil e dezessete. O sindicalizado Gabriel propôs que os salários dos funcionários do SINDSEMP/MA fossem corrigidos pelo maior índice a ser apurado no ano anterior considerados o índice de inflação e o índice de reajuste do salário mínimo. Em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. Em continuidade, foi proposto, pelo sindicalizado Valdeny, a alteração dos valores atualmente destinados ao fundo de greve, para o valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) mensais, perfazendo R\$ 12.000,00 (doze mil reais) anuais. Em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. Após discussões e emendas, a presidente colocou em votação a proposta orçamentária para o exercício de dois mil e dezessete. Por maioria dos votos, foi aprovado orçamento do SINDSEMP/MA, nos moldes propostos. Em continuidade, a presidente apresentou o ponto de pauta relacionado a filiação a entidade de grau superior. O sindicalizado Valdeny explanou sobre as possibilidades de filiação as entidades e propôs o encaminhamento do presente ponto de pauta para análise para as plenárias regionais. O sindicalizado Paulo Arrais resgatou a necessidade de buscarmos melhorias nas condições de trabalho dos servidores do Ministério Público do Maranhão, enfatizando a situação vivenciada nas Promotorias de Justiça de entrância inicial. A presidente fez os esclarecimentos necessários, colocando em votação o encaminhamento da proposta relacionada a filiação a entidades superiores para o debate nas plenárias regionais, a qual foi aprovada por unanimidade. Quanto ao questionamento do sindicalizado Paulo Arrais ficou para ser tratado em outros assuntos. A presidente solicitou inversão de pauta para tratar do ponto de pauta relacionado ao pedido de ressarcimento de Valdeny Barros. Feitos



**SINDICATO DO SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA EXECUTIVA 2016/2017**

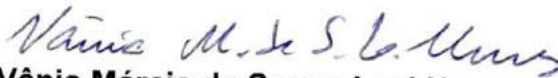
os esclarecimentos à assembleia relacionado ao pedido, a viabilidade jurídica, bem como se tratar de fundo perdido e colocada em votação a proposta de ressarcimento do sindicalizado Valdeny, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, foi feita a análise da forma de ressarcimento. O sindicalizado Gabriel solicitou que fosse proposta ação judicial visando o ressarcimento das verbas, em caso de êxito, que faça o ressarcimento ao sindicato. O sindicalizado Valdeny Barros solicitou que fosse circulado na rede de e-mail do SINDSEMP/MA, o presente requerimento. Informou ainda, detalhadamente, a situação que gerou o corte de salário nos meses de novembro e dezembro do ano de dois mil e oito e janeiro e fevereiro do ano de dois mil e nove. A sindicalizada Jaciana propôs que fossem anistiados os valores que por ventura, o requerente venha a receber. Em votação, a proposta pela anistia dos valores ao requerente foi aprovada por maioria de votos (quatorze). A presidente esclareceu as propostas e a forma de atualização dos valores. O sindicalizado Valdeny encaminhou proposta que fosse a menos onerosa para o sindicato, enquanto o sindicalizado Gabriel propôs que fosse feita a correção da forma mais vantajosa para o requerente. Em votação, aprovado por maioria de votos (quatorze) a proposta apresentada pelo sindicalizado Valdeny, qual seja, atualização dos valores pelo índice que seja menos oneroso ao sindicato. A presidente solicitou que o item 5.2 - liberação dos cinco dirigentes fosse encaminhado para quando da realização das plenárias. A presidente informou que o próximo ponto seria a proposta de regulamentação do plantão ministerial e as condições de trabalho. Foi encaminhado o tema "condições de trabalho" para ser tratado no âmbito das plenárias regionais. Aprovada por unanimidade. Passando ao próximo ponto de pauta a presidente informou sobre a nova regulamentação do CNMP para os plantões ministeriais dos ministérios públicos. Relatou ainda sobre o envio da minuta de ato regulamentar ou encaminhamento de ofício elencando as sugestões da categoria. O secretário dos trabalhos passou a ler a minuta de ato regulamentar referente ao plantão ministerial. A sindicalizada Maria Arcângela propôs sugestão relacionada ao horário da realização do plantão, citando o exemplo das Promotorias de Justiça de Santa Inês. A presidente esclareceu que a Resolução do CNMP é taxativa quanto aos horários de realização do plantão. O sindicalizado Gabriel questionou sobre a existência de garantia de tempo mínimo relacionado a interjornada, quando da realização do plantão. Após as discussões, a presidente encaminhou para votação as seguintes propostas: (I) encaminhamento à PGJ, do ofício e proposta de minuta do ato regulamentar ou (II)



**SINDICATO DO SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA EXECUTIVA 2016/2017**

encaminhamento à PGJ somente do ofício com as sugestões a serem observadas. Aprovado por maioria a proposta (II). A presidente apresentou ofício sobre plantão ministerial para discussão, emendas e votação. Aprovada minuta de ofício sobre as sugestões para a participação dos servidores do Ministério Público no plantão ministerial, a ser encaminhado à PGJ até o dia três de abril (segunda-feira). Por fim, foi franqueada a palavra para os presentes e não havendo inscrições restou concluída a ordem do dia, e a coordenadora dos trabalhos deu por encerrada a Assembleia, às 20h18min, e nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ATA, que depois de lida e aprovada, vai assinada por mim, ^{Dionatã Silva Lima,} que a redigi, e Vânia Márcia de Sousa Leal Nunes que presidiu os trabalhos.

São Luís/MA, 1º de abril de 2017.


Vânia Márcia de Sousa Leal Nunes
Presidente do SINDSEMP/MA